

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 255/2013

de 12 de agosto

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2013, alterou o atual regime dos créditos considerados incobráveis e outros créditos e criou um novo regime designado de créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis, o qual está previsto nos artigos 78.º-A a 78.º-D do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (adiante Código do IVA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro.

Este novo regime substitui o paradigma de controlo judicial da incobrabilidade — o qual tem contribuído, de forma significativa, para o elevado volume de pendências judiciais — por um sistema de controlo pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), inteiramente informatizado e baseado na noção de crédito de cobrança duvidosa.

Pretende-se, assim, que o novo sistema permita à AT reunir toda a informação relevante sobre cada um dos créditos em mora, bem como os respetivos devedores, tendo em vista exercer um efetivo controlo sobre as regularizações de imposto efetuadas pelos sujeitos passivos. Este sistema permitirá, igualmente, atuar no controlo das regularizações a favor do Estado, reforçando o combate à fraude e evasão fiscais nesta área.

Neste sentido, são aprovados os novos modelos de anexos relativos aos campos 40 e 41 da declaração periódica de IVA, os quais têm por objetivo discriminar o normativo legal subjacente a cada regularização, bem como a respetiva base de incidência e montante de imposto, e a identificação do adquirente, entre outros elementos.

Procede-se igualmente a algumas adaptações às instruções de preenchimento da declaração periódica, de modo a incorporar as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 229/95, de 11 de setembro.

Foram ouvidas a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Assim,

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

1 — São aprovados pela presente portaria os novos modelos de impressos relativos aos anexos que fazem parte integrante do modelo da declaração periódica de IVA a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA, bem como as respetivas instruções de preenchimento, que se publicam em anexo:

- a) Anexo — REGULARIZAÇÕES DO CAMPO 40;
- b) Anexo — REGULARIZAÇÕES DO CAMPO 41.

2 — São aprovadas pela presente portaria as novas instruções de preenchimento da declaração periódica de IVA, que se publicam em anexo.

Artigo 2.º

Cumprimento da obrigação

Os anexos à declaração periódica de IVA a que se refere o artigo anterior devem ser preenchidos sempre que os sujeitos passivos tenham inscrito regularizações a seu favor no campo 40 ou regularizações a favor do Estado no campo 41.

Artigo 3.º

Aplicação no tempo

1 — Mantém-se em vigor o modelo aprovado pela Portaria n.º 988/2009, de 7 de setembro, para períodos de tributação até setembro de 2013.

2 — Os modelos aprovados pela presente portaria devem ser utilizados para períodos de tributação a partir de 1 de outubro de 2013.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Paulo de Faria Lince Nuncio*, em 29 de julho de 2013.

Anexos à declaração periódica

Instruções de preenchimento

ANEXO - REGULARIZAÇÕES DO CAMPO 40

Este modelo funciona como anexo à declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA (CIVA), dela fazendo parte integrante.

QUADRO 1 Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º e pelo novo regime dos créditos de cobrança duvidosa e incobráveis previsto nos artigos 78.º - A a 78.º - D do CIVA

Campos 1, 2, 3 e 4

O campo 1 corresponde ao normativo legal (artigo, número e alínea);

No campo 2, indicar o número de identificação fiscal do adquirente;

No campo 3, o valor a indicar refere-se à base de incidência da regularização;

No campo 4, o valor a indicar refere-se ao imposto dedutível e que tem por base o normativo indicado no campo 1.

Subquadro 1 - A Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º n.ºs 2, 3 e 6 do CIVA.

Inserir o número de identificação fiscal do adquirente, a base de incidência da regularização e o imposto dedutível.

Subquadro 1 - B Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º n.º 7, alíneas a) a d), para créditos considerados incobráveis antes de 2013.

Inserir o número de identificação fiscal do adquirente, a base de incidência da regularização e o imposto dedutível.

Subquadro 1 - C Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º, n.º 7, alíneas a) a d), para créditos vencidos até 31 de dezembro de 2012, inclusive, mas considerados incobráveis a partir de 01/01/2013.

Inserir o número de identificação fiscal do adquirente, a base de incidência da regularização e o imposto dedutível.

NOTA: Estas regularizações estão sujeitas a certificação por ROC, de acordo com o n.º 9 do artigo 78.º do CIVA, na redação dada pelo artigo 195.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (OE/2013).

Subquadro 1 - D Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º n.º 8, alíneas b), c), d) e e).

Artigo 78.º n.º 8, alínea d) - Inserir o número de identificação fiscal do adquirente, a base de incidência da regularização e o imposto dedutível.

Artigo 78.º n.º 8, alíneas b), c) e e) - cujo devedor é particular ou sujeito passivo sem direito a dedução - Inserir a base de incidência da regularização e o imposto dedutível.

Artigo 78.º n.º 8, alínea a) - Os valores respeitantes a este normativo são inscritos no quadro 2.

NOTA: Estas regularizações estão sujeitas a certificação por ROC, de acordo com o n.º 9 do artigo 78.º do CIVA.

Subquadro 1 - E Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º - A, n.º 4, alíneas a) a d)

Inserir o número de identificação fiscal do adquirente, a base de incidência da regularização e o imposto dedutível relativo a créditos considerados incobráveis que se tenham vencido após 1 de Janeiro de 2013.

NOTA: Estas regularizações estão sujeitas a certificação por ROC, de acordo com o n.º 3 do artigo 78.º - D do CIVA.

REGULARIZAÇÕES DO CAMPO 40			
Campos de preenchimento automático pela AT		Direção de Serviços do IVA	
Nº	PERÍODO DE IMPOSTO	Nº DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA	
REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO - ABRANGIDAS PELO ART.º 78 E PELO NOVO REGIME DO ART.º 78-A a 78-D			
ARTIGO	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO	IVA REGULARIZADO
1	2	3	4
Art.º 78.º, n.ºs 2, 3 e 6			
78.º		€	€
n.º 2		€	€
n.º 3		€	€
n.º 6		€	€
Art.º 78.º, n.º 7 - créditos considerados incobráveis antes de 2013			
78.º, n.º 7		€	€
alínea a)		€	€
alínea b)		€	€
alínea c)		€	€
alínea d)		€	€
Art.º 78.º, n.º 7 - créditos considerados incobráveis a partir de 01/01/2013			
78.º, n.º 7		€	€
alínea a)		€	€
alínea b)		€	€
alínea c)		€	€
alínea d)		€	€
Art.º 78.º, n.º 8, alíneas b), c), d) e e)			
78.º, n.º 8		€	€
alínea d)		€	€
alínea b)		€	€
alínea c)		€	€
alínea e)		€	€
Art.º 78.º - A, n.º 4			
78.º - A		€	€
n.º 4, alínea a)		€	€
n.º 4, alínea b)		€	€
n.º 4, alínea c)		€	€
n.º 4, alínea d)		€	€
Art.º 78.º - A, n.º 2, alínea a)			
78.º - A		€	€
n.º 2, alínea a)	número do pedido prévio		€
DEFERIMENTO DO PEDIDO PREVIO PELA AT			
Art.º 78.º - B, n.º 4			
78.º - B		€	€
n.º 4	número do pedido prévio		€
DEFERIMENTO TÁCTICO			
REGULARIZAÇÕES CUJO CRÉDITO NÃO SEJA SUPERIOR A € 750, IVA INCLuíDO (cujo devedor seja particular ou sujeito passivo sem direito a dedução)			
Valor do crédito não seja superior a € 750, IVA incluído, por devedor (al. a) do n.º 8 do art.º 78 e al. b) do n.º 2 do 78.º - A)			
		€	€
OUTRAS REGULARIZAÇÕES NÃO ABRANGIDAS PELO ART.º 78 E PELO NOVO REGIME DO ART.º 78-A a 78-D			
Regularizações abrangidas pelos art.ºs 23 a 26º			
		€	€
Outras regularizações (Ex. fusão)			
		€	€
VALOR TOTAL DO CAMPO 40			
		€	€
Certificação por revisor oficial de contas (ROC) nos termos previstos nos artigos 78.º n.º 9 ou			
			NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL DO ROC
O PRESENTE ANEXO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITTE QUALQUER INFORMAÇÃO PEDIDA			

REGULARIZAÇÕES DO CAMPO 41			
Campos de preenchimento automático pela AT		Direção de Serviços do IVA	
Nº	PERÍODO DE IMPOSTO	Nº DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA	
REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO ESTADO - ABRANGIDAS PELO ART.º 78-E E PELO NOVO REGIME DO ART.º 78-A a 78-D			
ARTIGO	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO	IVA REGULARIZADO
1	2	3	4
Art.º 78.º, n.ºs 3, 4, 6			
78.º		€	€
n.º 3		€	€
n.º 4		€	€
n.º 6		€	€
Art.º 78.º, n.º 7			
78.º, n.º 7		€	€
alínea a)		€	€
alínea b)		€	€
alínea c)		€	€
alínea d)		€	€
Art.º 78.º, n.º 8, alínea d)			
78.º, n.º 8		€	€
alínea d)		€	€
Art.º 78.º, n.º 12			
78.º		€	€
n.º 12		€	€
Art.º 78.º - C, n.º 1			
78.º - C, n.º 1			€
NÚMERO DO PEDIDO PREVIO			
Art.º 78.º - C, n.º 3			
78.º - C, n.º 3		€	€
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	NÚMERO DO PEDIDO PREVIO (base assis)	BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO	IVA REGULARIZADO
		€	€
OUTRAS REGULARIZAÇÕES NÃO ABRANGIDAS PELO ART.º 78 E PELO NOVO REGIME DO ART.º 78-A a 78-D			
Regularizações abrangidas pelos art.ºs 23º a 26º			
		€	€
Outras regularizações			
		€	€
VALOR TOTAL DO CAMPO 41			
		€	€
O PRESENTE ANEXO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITTE QUALQUER INFORMAÇÃO PEDIDA			

Subquadro 1 - F Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º - A n.º 2, alínea a) - *na situação em que o sujeito passivo apresentou pedido de autorização prévia à AT, via eletrónica, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 78.º - B do CIVA, o qual foi deferido.*

Número do pedido prévio – é o número que foi atribuído pela AT, aquando da submissão do pedido de autorização.

Não necessita indicar a base da incidência da regularização.

O valor do IVA a regularizar (na coluna do campo 4) corresponde ao **valor autorizado pela AT.**

Subquadro 1 - G Regularizações a favor do sujeito passivo abrangidas pelo artigo 78.º - B, n.º 4 - *na situação em que houve deferimento tácito para créditos que sejam inferiores a €150 000, IVA incluído, por fatura.*

Número do pedido prévio – é o número que foi atribuído pela AT, aquando da submissão do pedido de autorização.

Não necessita indicar a base da incidência da regularização.

O valor do IVA a regularizar (na coluna do campo 4) corresponde ao valor incluído na(s) fatura(s) apresentada(s) perante a AT, com o limite estabelecido no artigo 78.º - B, n.º 4.

QUADRO 2 Regularizações de *créditos cujo valor não seja superior a € 750, IVA incluído, por devedor*, que seja particular ou sujeito passivo sem direito a dedução, nos termos previstos na alínea a) do n.º 8 do artigo 78.º e alínea b) do n.º 2 do artigo 78.º - A do CIVA.

Inserir a base de incidência da regularização e o imposto dedutível relativo a créditos com o limite acima referido.

NOTA: Estas regularizações estão sujeitas a certificação por ROC, de acordo com o n.º 1 do artigo 78.º - D do CIVA.

QUADRO 3 Outras regularizações não abrangidas pelo artigo 78.º e pelo novo regime do artigo 78.º - A a 78.º - D do CIVA.

Regularizações abrangidas pelos artigos 23º a 26º - Fazer corresponder ao tipo de regularização indicado na coluna precedente a base de incidência da regularização e o correspondente imposto dedutível (campo 4).

Outras regularizações – (Ex. o caso das fusões)

QUADRO 4 Valor total do campo 40

Quadro de preenchimento automático que resulta da soma dos valores inscritos na coluna do campo 4 (IVA regularizado).

QUADRO 5 Certificação por revisor oficial de contas, nos termos previstos no artigo 78.º n.º 9 e/ou artigo 78.º - D do CIVA

Sempre que se verifique a certificação, é solicitada a inscrição do número de identificação fiscal (NIF) do ROC.

ANEXO - REGULARIZAÇÕES DO CAMPO 41

Este modelo funciona como anexo à declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º do Código do IVA (CIVA), dela fazendo parte integrante.

QUADRO 1 Regularizações a favor do Estado abrangidas pelo artigo 78.º e pelo novo regime dos créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis previsto nos artigos 78.º - A a 78.º - D do CIVA

Campos 1, 2, 3 e 4

O campo 1 corresponde ao normativo legal (artigo, número e alínea);

No campo 2, indicar o número de identificação fiscal do adquirente/fornecedor, consoante o caso;

No campo 3, o valor a indicar refere-se à base de incidência da regularização;

No campo 4, o valor a indicar refere-se ao imposto a regularizar a favor do Estado (já deduzido anteriormente pelo s.p.) e que tem por base o normativo indicado no campo 1.

Subquadro 1 - A Regularizações a favor do Estado abrangidas pelo artigo 78.º n.ºs 3, 4 e 6 do CIVA

Deve inscrever o número de identificação fiscal do adquirente/fornecedor, consoante o caso, a base de incidência da regularização e o imposto a regularizar a favor do Estado.

Subquadro 1 - B Regularizações a favor do Estado abrangidas pelo artigo 78.º n.º 7 do CIVA, por força do n.º 11 do artigo 78º, para efeitos de retificação da dedução inicialmente efetuada

Deve inscrever o número de identificação fiscal do fornecedor, a base de incidência da regularização e o imposto a regularizar a favor do Estado.

Subquadro 1 - C Regularizações a favor do Estado abrangidas pelo artigo 78.º n.º 8, alínea d) do CIVA

Deve inscrever o número de identificação fiscal do fornecedor das faturas, a base de incidência da regularização e o imposto a regularizar a favor do Estado.

Subquadro 1 - D Regularizações a favor do Estado abrangidas pelo artigo 78.º n.º 12 do CIVA

Este campo deve ser preenchido sempre que se verifique a recuperação total ou parcial do imposto.

Deve inscrever o número de identificação fiscal do adquirente, a base de incidência da regularização e o imposto a regularizar a favor do Estado.

Subquadro 1 - E Regularizações a favor do Estado abrangidas pelo artigo 78.º - C, n.º 1

Este campo deve ser preenchido sempre que haja lugar a retificação pelo adquirente.

O valor do IVA a inscrever (na coluna do campo 4) corresponde ao valor notificado pela AT (cf. artigo 78º - B, n.º 5), devendo indicar, ainda, o número de identificação fiscal do emitente das faturas e o número do pedido prévio (indicado na notificação).

Subquadro 1 - F Regularizações a favor do Estado abrangidas pelo artigo 78.º - C, n.º 3, 1ª parte

Este campo deve ser preenchido sempre que os sujeitos passivos hajam procedido anteriormente à dedução do imposto associado a créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis e em que se verificou a sua recuperação (total ou parcial).

O valor do IVA a inscrever (na coluna do campo 4) corresponde ao valor recuperado pelo credor, devendo indicar a base de incidência da regularização e o número do pedido prévio (só no caso de ter feito esse pedido).

QUADRO 2 Outras regularizações não abrangidas pelo artigo 78º e pelo novo regime previsto nos artigos 78º - A a 78.º - D do CIVA.

Trata-se, nomeadamente, de regularizações previstas nos artigos 23.º a 26.º e outras.

Fazer corresponder ao tipo de regularização indicado na coluna precedente a base de incidência da regularização (campo 3) e o correspondente imposto dedutível (campo 4).

QUADRO 3 Valor total do campo 41

Quadro de preenchimento automático que resulta da soma dos valores inscritos na coluna do campo 4 (IVA regularizado).

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA**NOTA INTRODUTÓRIA**

De acordo com o disposto na Portaria n.º 375/2003, de 10 de maio, os sujeitos passivos do IVA estão obrigados ao envio, por transmissão eletrónica de dados, da declaração periódica a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA, bem como dos respetivos anexos, nos prazos referidos no n.º 1 do artigo 41.º do mesmo Código.

Para o efeito, o sujeito passivo e o técnico oficial de contas são identificados por senhas atribuídas pela AT.

PROCEDIMENTOS DE ENVIO

1. Aceder ao Portal das Finanças no endereço: www.portaldasfinancas.gov.pt

2. Após identificação do utilizador (NIF e senha), selecionar sucessivamente:

- Entregar

- IVA

3. Preencher diretamente a declaração ou abrir previamente o ficheiro formatado com as características indicadas no endereço;

4. Validar a informação e corrigir os erros locais detetados;

5. Submeter a declaração;

Depois de submeter a declaração, é criada e disponibilizada de imediato uma referência numérica que deve ser utilizada para o pagamento do imposto nos locais de cobrança legalmente autorizados, considerando-se como tais, as secções de cobrança dos serviços de finanças, os balcões dos CTT, bem como as instituições de crédito que tenham celebrado os necessários acordos com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E. (IGCP), e, ainda, através de sistema de pagamento automático Multibanco ou do serviço de Homebanking nas instituições de crédito que o disponibilizem.

A declaração considera-se apresentada na data em que for submetida sem anomalias.

No caso de falta de identificação do técnico oficial de contas, quando exigível, a declaração será recusada, considerando-se como não apresentada.

QUADRO 01

Neste Quadro é inscrito o n.º de identificação fiscal do sujeito passivo devendo este assinalar se a declaração é submetida dentro ou fora do prazo.

QUADRO 02

Neste Quadro deve selecionar o ano e o período de imposto a que se refere a declaração.

QUADRO 03

Neste Quadro deve selecionar o espaço territorial em que se localiza a sede (Continente, Açores ou Madeira).

QUADRO 04

Operações realizadas em espaço territorial diferente do da sede.

Sempre que, nos termos do Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, tenha realizado operações consideradas efetuadas em espaço ou espaços fiscais diferentes daquele em que se encontra localizada a sede do sujeito passivo declarante, deve assinalar um ou dois campos respeitantes a tais operações, devendo preencher os anexos correspondentes (ANEXO R).

QUADRO 04 A**Declarações Recapitulativas.**

Se no período de referência efetuou transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas, ou prestações de serviços a sujeitos passivos com sede ou estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio noutra Estado membro da Comunidade e, por este motivo, apresentou alguma declaração recapitulativa nos termos do artigo 30.º do RITI, assinala este campo.

QUADRO 05

Por força do n.º 2 do artigo 29.º do Código do IVA, a obrigação declarativa subsiste, ainda que, num determinado período de imposto, não tenham havido operações tributáveis (tanto ativas como passivas). Se for o caso e, para além disso, não houve lugar a qualquer regularização ou reporte de imposto, assinala este campo e submeta a declaração, exceto se estiver obrigado a ter técnico oficial de contas, caso em que deverá passar de imediato ao quadro 20.

QUADRO 06

Este quadro destina-se a apurar o imposto do período a que respeita a declaração e deve ser preenchido com base nos elementos constantes da contabilidade ou dos livros referidos no artigo 50.º do Código do IVA.

Os valores a indicar nos campos 1 a 16 e 20 a 24 devem reportar-se, unicamente, a operações localizadas no espaço territorial da sede, assinalado no quadro 03. O(s) respetante(s) a operações consideradas localizadas em espaço(s) territorial(ais) diferentes(s) constará(ão) do(s) anexo(s) assinalado(s) no quadro 04.

Os valores a indicar nos campos 40 a 61 e 81 referem-se a regularizações (a favor do sujeito passivo ou do Estado) e excessos a reportar relativos à totalidade da atividade do sujeito passivo, ainda que respeitantes a espaço territorial diferente do indicado no Quadro 03.

Os valores a indicar nos campos 65 a 68 respeitam ao total do imposto liquidado/dedutível, apurado em cada um dos anexos referenciados no Quadro 04.

As operações relativas a transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas, bem como as prestações de serviços localizadas no Estado membro do adquirente, mencionadas em declaração autónoma (Declaração Recapitulativa), devem ser inscritas no campo 7 deste quadro.

Operações que, tendo liquidado o imposto, não relevam para efeitos do volume de negócios.

Se, no período a que respeita a declaração, efetuou alguma das seguintes operações:

- Operações em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto;
- Transmissões gratuitas de bens não enquadráveis no n.º 7 do artigo 3.º do CIVA e na Portaria n.º 497/2008, de 24 de junho;
- Transferência de bens ou serviços de um setor tributado a um setor isento;
- Prestações de serviços efetuadas a título gratuito para as necessidades particulares do seu titular, do pessoal ou para fins alheios à mesma;
- Operações referidas nos n.ºs 27 e 28 do artigo 9.º, quando constituam operações acessórias;
- Operações referidas nos n.ºs 29 e 30 do mesmo artigo quando não tenha ocorrido renúncia à isenção e constituam operações acessórias;
- Operações sobre bens de investimento corpóreo e incorpóreo,

Assinale “SIM” no campo correspondente e preencha também o Quadro 06-A.

Se não efetuou operações desta natureza, assinale “NÃO”.

NOTA: Este campo é de preenchimento obrigatório.

Campos 1, 5 e 3

Nestes campos devem ser inscritos os valores correspondentes ao somatório das importâncias que serviram de base ao imposto liquidado pelo sujeito passivo, quer nas operações por si efetuadas, quer nos casos em que se substituiu ao fornecedor, discriminados pelas respetivas taxas.

Campos 2, 6 e 4

Nestes campos devem ser inscritos os valores correspondentes ao imposto liquidado pelo sujeito passivo nas transmissões de bens e prestações de serviços por ele efetuadas, bem como nos casos em que o sujeito passivo se substituiu ao fornecedor na liquidação do imposto.

Nota: Os montantes a inscrever nestes campos devem corresponder rigorosamente aos valores que resultam da aplicação das taxas respetivas aos montantes inscritos nos campos 1, 5 e 3.

Campo 7

Se efetuou transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas, ou prestações de serviços a sujeitos passivos com sede ou estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio noutra Estado membro da Comunidade e, por este motivo, apresentou alguma declaração recapitulativa nos termos do artigo 30.º do RITI, mencione neste campo a soma dos respetivos valores.

Campo 8

Neste campo devem ser inscritos os valores correspondentes às operações isentas ou não tributadas, mas que conferem direito à dedução do imposto (por exemplo, exportações), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código e, ainda, as operações em que ocorreu a regra de inversão do sujeito passivo (serviços de construção civil, transmissão de imóveis com renúncia à isenção, sucatas e ouro para investimento).

NOTA: Este campo não contempla os valores correspondentes às prestações de serviços mencionadas na Declaração Recapitulativa a que se refere o artigo 30.º do RITI.

Campo 9

Neste campo devem ser inscritas as operações isentas do imposto, que não conferem direito à dedução (operações no âmbito do artigo 9.º do CIVA, com exceção das referidas no ponto V do n.º 1 da alínea b) do artigo 20.º) e ainda as operações a que se refere o Decreto-Lei n.º 362/99, de 16 de setembro (ouro para investimento), em que não tenha havido renúncia à isenção.

Campo 10

Este campo é um campo de controlo, de **preenchimento automático** e corresponde à soma dos valores inscritos nos campos **12, 14 e 15**.

Campo 11

Este campo é um campo de controlo, de **preenchimento automático** e corresponde ao valor inscrito no campo **13**.

Campo 12

Neste campo deve ser inscrito o montante total das aquisições intracomunitárias de bens e operações assimiladas, cujo imposto foi liquidado e é mencionado no campo **13**.

Campo 13

Neste campo deve ser inscrito o montante total do imposto liquidado nas aquisições intracomunitárias de bens (compras de bens a fornecedores sediados em outros Estados membros) e operações assimiladas.

Campo 14

Neste campo deve ser inscrito o montante total das aquisições intracomunitárias de bens referidas no n.º 7 do artigo 15.º do CIVA e no artigo 15.º do RITI que, por se encontrarem abrangidas pelas referidas normas, não são objeto de liquidação de imposto.

Campo 15

Neste campo deve ser inscrito o montante total das aquisições intracomunitárias de bens sujeitas aos impostos a que se referem os n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 22.º do RITI (imposto sobre veículos ou impostos especiais de consumo) cujo IVA é pago junto das entidades competentes para a cobrança dos mesmos.

Campo 16

Neste campo deve ser inscrito o montante total das prestações de serviços efetuadas por entidades residentes noutros Estados membros, consideradas localizadas no território nacional, em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto e é mencionado no campo **17**.

Campo 17

Neste campo deve ser inscrito o montante total do imposto liquidado nas prestações de serviços efetuadas por entidades residentes noutros Estados membros, consideradas localizadas no território nacional.

Campos 20 a 24

Nestes campos devem ser inscritos os valores correspondentes ao imposto dedutível, relativo a aquisições de imobilizado, existências (discriminadas por taxas – reduzida, intermédia e normal) e outros bens e serviços.

Campos 40 e 41

Nestes campos devem ser inscritas as regularizações a favor do sujeito passivo (campo **40**) e a favor do Estado (campo **41**), efetuadas nos termos dos artigos 23.º a 26.º, 78.º a 78.º-D do CIVA.

Os montantes inscritos nestes campos devem ser obrigatoriamente relevados nos anexos designados por Regularizações do campo 40/41, respetivamente.

Campo 61

Neste campo deve inscrever o montante do imposto a reportar, constante do campo **96** da última declaração que tenha sido apresentada.

NOTA:

Este campo só está disponível em declaração submetida dentro do prazo legal, para períodos de imposto até 2011, da seguinte forma:

- Até outubro de 2011, para os sujeitos passivos enquadrados no regime normal com periodicidade mensal;

- Até ao 3º trimestre de 2011, para os sujeitos passivos com periodicidade trimestral.

Para períodos posteriores, não se verifica esta limitação.

Campos 65 a 68

Sempre que, nos termos do Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, efetue operações ativas e/ou passivas, consideradas localizadas num ou nos dois espaços diferentes do indicado no Quadro 03 (Continente, Açores ou Madeira), deve preencher um anexo respeitante a cada um deles.

No campo 65 deve inscrever o IMPOSTO DEDUTÍVEL, correspondente ao valor inscrito no campo 63 do anexo. No campo 66 deve inscrever o IMPOSTO LIQUIDADO, correspondente ao valor inscrito no campo 64 do anexo.

Caso efetue operações localizadas nos dois espaços, deverá preencher um segundo anexo, inscrevendo os valores de IMPOSTO DEDUTÍVEL e IMPOSTO LIQUIDADO constantes do mesmo, respetivamente nos campos 67 e 68 da declaração.

Campo 81

Neste campo deve inscrever os montantes das regularizações a favor do sujeito passivo, originadas por comunicação escrita da AT, indicando no quadro adjacente o(s) período(s) a que respeitam.

NOTA:

Este campo só está disponível em declaração submetida dentro do prazo legal, para períodos de imposto até 2011, da seguinte forma:

- Até outubro de 2011, para os sujeitos passivos enquadrados no regime normal com periodicidade mensal;

- Até ao 3º trimestre de 2011, para os sujeitos passivos enquadrados no regime normal com periodicidade trimestral.

Para períodos posteriores, este campo está indisponível devendo estes créditos ser inscritos no campo 61.

Campo 90

Total da base tributável. Este campo destina-se a controlar os valores inscritos nos campos 1 a 16 e nele deve inscrever o somatório dos mesmos.

Campos 91 e 92

Os valores a inscrever nestes campos resultam da soma do imposto a favor do sujeito passivo e do imposto a favor do Estado, respetivamente.

Campo 93

Imposto a entregar ao Estado.

Este campo deve ser preenchido, quando o campo 92 for superior ao campo 91, inscrevendo nele a respetiva diferença.

Campo 94

Imposto a recuperar.

Este campo deve ser preenchido quando o campo 91 for superior ao campo 92, inscrevendo nele a respetiva diferença.

Campo 95

Se pretende solicitar o reembolso pelo montante total, ou parcial, do valor apurado no campo 94, inscreva neste campo o respetivo montante a solicitar.

Campo 96

Neste campo deve inscrever o montante que, constando no campo 94, não tenha sido incluído no campo 95.

QUADRO 06 A

Este quadro destina-se ao apuramento das operações passivas em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto devido, bem como das que, nos termos do Código do IVA, são afastadas do cálculo do volume de negócios.

A. Operações localizadas em Portugal em que, na qualidade de adquirente, liquidou o IVA devido.

Campo 97

Transmissões de bens efetuadas em Portugal por entidades residentes em países comunitários em que o IVA devido foi liquidado pelo sujeito passivo declarante.

Neste campo devem ser indicados os montantes dos bens adquiridos no território nacional a entidades residentes em países comunitários, cuja liquidação do imposto coube ao sujeito passivo declarante, enquanto adquirente, mencionados nos campos 1, 5 e/ou 3 do Quadro 06.

NOTA: Neste campo não deve incluir as operações mencionadas no campo 16 do Quadro 06.

Campo 98

Transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas em Portugal por entidades residentes em países ou territórios terceiros em que o IVA devido foi liquidado pelo sujeito passivo declarante.

Neste campo devem ser indicados os montantes dos bens adquiridos no território nacional a entidades residentes em países ou territórios terceiros, cuja liquidação do imposto coube ao sujeito passivo declarante, enquanto adquirente, mencionados nos campos 1, 5 e/ou 3 do Quadro 06.

B. Operações em que liquidou o IVA devido por aplicação da regra de inversão do sujeito passivo.

Campos 99 a 102

Transmissões de bens e prestações de serviços em que ocorreu a regra de inversão:

- Operações a que se refere o Decreto-Lei n.º 362/99, de 16 de setembro;
- Operações a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º do Regime da Renúncia à Isenção do IVA nas Operações Relativas a Bens Imóveis;
- Operações previstas na alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA;
- Operações previstas na alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA.

Nestes campos deve indicar os montantes relativos a aquisições de bens e/ou serviços em que liquidou o imposto, por aplicação da regra de inversão do sujeito passivo (Regime do ouro para investimento; transmissão de imóveis com renúncia à isenção; sucatas; serviços de construção civil).

C. Operações referidas nas alíneas f) e g) do n.º 3 do artigo 3.º e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 4.º do CIVA.

Campo 103

Neste campo deve preencher os valores das bases tributáveis, inscritos nos campos 1, 5 ou 3, consoante o caso, referentes a:

- Transmissões gratuitas de bens não enquadráveis no n.º 7 do artigo 3.º do CIVA e na Portaria n.º 497/2008 de 24 de junho;
- Transferência de bens ou serviços de um sector tributado a um sector isento;
- Prestações de serviços efetuadas a título gratuito para as necessidades particulares do seu titular, do pessoal ou para fins alheios à mesma.

D. Operações referidas nas alíneas a), b) e c) do artigo 42.º

Campo 104

Neste campo deve indicar os valores das bases tributáveis que incluiu no quadro 06 referentes a:

- Operações referidas nos n.ºs 27 e 28 do artigo 9.º, quando constituam operações acessórias;
- Operações referidas nos n.ºs 29 e 30 do mesmo artigo quando não tenha ocorrido renúncia à isenção e constituam operações acessórias;
- Operações sobre bens de investimento corpóreo e incorpóreo.

QUADRO 20

Este Quadro destina-se à identificação fiscal do técnico oficial de contas. O seu preenchimento é obrigatório nos casos em que o sujeito passivo declarante esteja obrigado a possuir contabilidade organizada ou, não o estando, por ela tenha optado.

(Operações realizadas em espaço diferente do da sede)

O formulário apresenta a seguinte estrutura:

- Identificação:** Ministério das Finanças, Anexo Declaração Periódica, Número do Anexo (01-A), Número da Declaração (01-A).
- Identificação do Declarante:** Nome, NIF, Data de nascimento, Local de nascimento, Morada, País.
- Localização da Sede:** Continente (1), Açores (2), Madeira (3).
- Operações em Espaço Diferente da Sede:**
 - Base Tributável:** Tabela com campos 01 a 04 (transmissões de bens e prestações de serviços em que ocorreu a regra de inversão), 05 a 08 (aquisições intracomunitárias de bens e operações de serviços), 09 a 12 (prestações de serviços efetuadas por sujeitos passivos de outros Estados membros), 13 a 16 (imposto devido).
 - Montante a Favor do Estado:** Tabela com campos 17 a 24.
- Operações Localizadas em Portugal:** Campos 25 a 29, incluindo operações em que se aplicou a regra de inversão do sujeito passivo e operações referidas nas alíneas A), B) e C) do artigo 42.º do CIVA.
- Soma do Quadro 06-A:** Campos 30 a 32.
- Assinatura e Rubrica:** Campo 33.

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

NOTA INTRODUTÓRIA

Neste anexo deve relevar as operações consideradas localizadas em espaço territorial diferente do da sede (assinalado no Quadro 03 da declaração periódica), nos termos do Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.

Se realizou operações consideradas como localizadas nos dois espaços territoriais diferentes do da sede, deve submeter um anexo relativo a cada um, nele indicando, exclusivamente, as operações realizadas no espaço correspondente.

QUADRO 01

Neste Quadro deve inscrever o n.º de identificação fiscal do sujeito passivo e se a declaração é submetida dentro ou fora do prazo, assinalando o respetivo campo.

QUADRO 02

Neste Quadro deve selecionar o ano e o período de imposto a que se refere a declaração.

QUADRO 03

Neste Quadro deve selecionar o espaço territorial em que se localiza a sede (Continente, Açores ou Madeira).

QUADRO 04

Operações realizadas em espaço territorial diferente do da sede.

Assinale o espaço territorial (diferente do assinalado no quadro 03) a que respeita o presente anexo.

QUADRO 04-ADeclarações Recapitulativas.

Se no período de referência efetuou transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas, ou prestações de serviços a sujeitos passivos com sede ou estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio noutro Estado membro da Comunidade a partir do espaço territorial a que respeita o presente anexo e, por este motivo, apresentou alguma declaração recapitulativa nos termos do artigo 30.º do RITI, assinale este campo.

QUADRO 06

Os valores a indicar nos campos 1 a 16 e 20 a 24 devem reportar-se, unicamente, a operações localizadas no espaço territorial a que respeita o presente anexo.

Os valores a indicar nos campos 63 e 64 respeitam ao total do imposto liquidado/dedutível, a inscrever nos campos 65 a 68 da declaração.

As operações relativas a transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas, bem como as prestações de serviços localizadas no Estado membro do adquirente, mencionadas em declaração autónoma (Declaração Recapitulativa), quando efetuadas a partir do espaço territorial a que respeita o presente anexo, devem ser inscritas no campo 7 deste quadro.

Operações que, tendo liquidado o imposto, não relevam para efeitos do volume de negócios.

Se, no período a que respeita a declaração, efetuou alguma das seguintes operações, localizada no espaço territorial a que se refere o presente anexo:

- Operações em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto;
- Transmissões gratuitas de bens não enquadráveis no n.º 7 do artigo 3.º do CIVA e na Portaria n.º 497/2008 de 24 de junho;
- Transferência de bens ou serviços de um setor tributado a um setor isento;
- Prestações de serviços efetuadas a título gratuito para as necessidades particulares do seu titular, do pessoal ou, para fins alheios à mesma;
- Operações referidas nos n.ºs 27 e 28 do artigo 9.º, quando constituam operações acessórias;
- Operações referidas nos n.ºs 29 e 30 do mesmo artigo quando não tenha ocorrido renúncia à isenção e constituam operações acessórias;
- Operações sobre bens de investimento corpóreo e incorpóreo,

Assinale “SIM” no campo correspondente e preencha também o Quadro 06-A.

Se não efetuou operações desta natureza, assinale “NÃO”.

NOTA: Este campo é de preenchimento obrigatório.

Campos 1, 5 e 3

Nestes campos devem ser inscritos os valores correspondentes ao somatório das importâncias que serviram de base ao imposto liquidado pelo sujeito passivo, quer nas operações por si efetuadas, quer nos casos em que se substituiu ao fornecedor, discriminados pelas respetivas taxas, nas operações consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo.

Campos 2, 6 e 4

Nestes campos devem ser inscritos os valores correspondentes ao imposto liquidado pelo sujeito passivo nas transmissões de bens e prestações de serviços por ele efetuadas, bem como nos casos em que o sujeito passivo se substituiu ao fornecedor na liquidação do imposto, nas operações consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo.

Nota: Os montantes a inscrever nestes campos devem corresponder rigorosamente aos valores que resultam da aplicação das taxas respetivas aos montantes inscritos nos campos 1, 5 e 3.

Campo 7

Se efetuou transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas, ou prestações de serviços a sujeitos passivos com sede ou estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio noutro Estado membro da Comunidade, a partir do espaço territorial a que respeita o presente anexo e, por este motivo, apresentou alguma declaração recapitulativa nos termos do artigo 30.º do RITI, mencione neste campo a soma dos respetivos valores.

Campo 8

Neste campo devem ser inscritos os valores correspondentes às operações isentas ou não tributadas, mas que conferem direito à dedução do imposto (por exemplo, exportações), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código e, ainda, as operações em que ocorreu a regra de inversão do sujeito passivo (serviços de construção civil, transmissão de imóveis com renúncia à isenção, sucatas e ouro para investimento), consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo.

NOTA: Este campo não contempla os valores correspondentes às prestações de serviços mencionadas na Declaração Recapitulativa a que se refere o artigo 30.º do RITI.

Campo 9

Neste campo devem ser inscritas as operações isentas do imposto que não conferem direito à dedução (operações no âmbito do artigo 9.º do CIVA, com exceção das referidas no ponto V do n.º 1 da alínea b) do artigo 20.º) e ainda as operações a que se refere o Decreto-Lei n.º 362/99, de 16 de setembro (ouro para investimento), consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo, em que não tenha havido renúncia à isenção.

Campo 10

Este campo é um campo de controlo, de **preenchimento automático** e corresponde à soma dos valores inscritos nos campos 12, 14 e 15.

Campo 11

Este campo é um campo de controlo, de **preenchimento automático** e corresponde ao valor inscrito no campo 13.

Campo 12

Neste campo deve ser inscrito o montante total das aquisições intracomunitárias de bens e operações assimiladas, consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo, cujo imposto foi liquidado e é mencionado no campo 13.

Campo 13

Neste campo deve ser inscrito o montante total do imposto liquidado nas aquisições intracomunitárias de bens (compras de bens a fornecedores sedeados em outros Estados membros) e operações assimiladas cujas bases tributárias são inscritas no campo 12.

Campo 14

Neste campo deve ser inscrito o montante total das aquisições intracomunitárias de bens referidas no n.º 7 do artigo 15.º do CIVA e no artigo 15.º do RITI, consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo, as quais, por se encontrarem abrangidas pelas referidas normas, não são objeto de liquidação de imposto.

Campo 15

Neste campo deve ser inscrito o montante total das aquisições intracomunitárias de bens sujeitas aos impostos a que se referem os n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 22.º do RITI (imposto sobre veículos ou impostos especiais de consumo), consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo, cujo IVA é pago junto das entidades competentes para a cobrança dos mesmos.

Campo 16

Neste campo deve ser inscrito o montante total das prestações de serviços efetuadas por entidades residentes noutros Estados membros, consideradas localizadas no espaço territorial a que respeita o presente anexo, em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto e é mencionado no campo 17.

Campo 17

Neste campo deve ser inscrito o montante total do imposto liquidado nas prestações de serviços efetuadas por entidades residentes noutros Estados membros, consideradas localizadas no espaço territorial a que respeita o presente anexo.

Campos 20 a 24

Nestes campos devem ser inscritos os valores correspondentes ao imposto dedutível relativo a aquisições de imobilizado, existências (discriminadas por taxas – reduzida, intermédia e normal) e outros bens e serviços, consideradas localizadas no espaço a que se refere o presente anexo.

Campo 62

Total da base tributável. Este campo destina-se a controlar os valores inscritos nos campos 1 a 16 e nele deve inscrever o somatório dos mesmos.

Campo 63

Total do imposto a favor do sujeito passivo.

O montante apurado neste campo corresponde ao IMPOSTO DEDUTÍVEL e deve ser inscrito no campo 65 (ou 67, se se tratar do segundo anexo a submeter) da declaração.

Campo 64

Total do imposto a favor do Estado.

O montante apurado neste campo corresponde ao IMPOSTO LIQUIDADO e deve ser inscrito no campo 66 (ou 68, se se tratar do segundo anexo a submeter) da declaração.

QUADRO 06 A

Este quadro destina-se ao apuramento das operações passivas, mencionadas no Quadro 06, em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto devido, bem como das operações que, nos termos do CIVA, são afastadas do cálculo do volume de negócios.

A. Operações localizadas em Portugal em que, na qualidade de adquirente, liquidou o IVA devido.**Campo 65**

Transmissões de bens efetuadas no espaço territorial a que se refere o presente anexo, por entidades residentes em países comunitários, em que o IVA devido foi liquidado pelo sujeito passivo declarante.

Neste campo devem ser indicados os montantes dos bens adquiridos a entidades residentes em países comunitários, cuja liquidação do imposto coube ao sujeito passivo declarante, enquanto adquirente, mencionados nos campos 1, 5 e/ou 3 do Quadro 06.

NOTA: Neste campo não deve incluir as operações mencionadas no campo 16 do Quadro 06.

Campo 66

Transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas no espaço territorial a que se refere o presente anexo, por entidades residentes em países ou territórios terceiros, em que o IVA devido foi liquidado pelo sujeito passivo declarante.

Neste campo devem ser indicados os montantes dos bens adquiridos a entidades residentes em países ou territórios terceiros, cuja liquidação do imposto coube ao sujeito passivo declarante, enquanto adquirente, mencionados nos campos 1, 5 e/ou 3 do Quadro 06.

B. Operações em que liquidou o IVA devido por aplicação da regra de inversão do sujeito passivo.**Campos 67 a 70**

Transmissões de bens e prestações de serviços localizadas no espaço territorial a que se refere o presente anexo, em que ocorreu a regra de inversão:

- Operações a que se refere o Decreto-Lei n.º 362/99, de 16 de setembro;
- Operações a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º do Regime da Renúncia à Isenção do IVA nas Operações Relativas a Bens Imóveis;
- Operações previstas na alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA;
- Operações previstas na alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA.

Nestes campos deve indicar os montantes relativos a aquisições de bens e/ou serviços em que liquidou o imposto, por aplicação da regra de inversão do sujeito passivo (Regime do ouro para investimento; transmissão de imóveis com renúncia à isenção; sucatas; serviços de construção civil).

- C. Operações referidas nas alíneas f) e g) do n.º 3 do artigo 3.º e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 4.º do CIVA.

Campo 71

Neste campo deve preencher os valores das bases tributáveis, inscritos nos campos 1, 5 ou 3, consoante o caso, referentes às seguintes operações localizadas no espaço territorial a que se refere o presente anexo:

- Transmissões gratuitas de bens não enquadráveis no n.º 7 do artigo 3.º do CIVA e na Portaria n.º 497/2008 de 24 de junho;
- Transferência de bens ou serviços de um setor tributado a um setor isento;
- Prestações de serviços efetuadas a título gratuito para as necessidades particulares do seu titular, do pessoal ou para fins alheios à mesma.

- D. Operações referidas nas alíneas a), b) e c) do artigo 42.º

Campo 72

Neste campo deve indicar os valores das bases tributáveis que incluiu no quadro 06, referentes a:

- Operações referidas nos n.ºs 27 e 28 do artigo 9.º, quando constituam operações acessórias;
- Operações referidas nos n.ºs 29 e 30 do mesmo artigo quando não tenha ocorrido renúncia à isenção e constituam operações acessórias;
- Operações sobre bens de investimento corpóreo e incorpóreo.

QUADRO 20

Este Quadro destina-se à identificação fiscal do técnico oficial de contas. O seu preenchimento é obrigatório nos casos em que o sujeito passivo declarante esteja obrigado a possuir contabilidade organizada ou, não o estando, por ela tenha optado.

I SÉRIE



Depósito legal n.º 8814/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Unidade de Publicações Oficiais, Marketing e Vendas, Avenida Dr. António José de Almeida, 1000-042 Lisboa